



Resumo de Notícias

22/01/2016 - Instituto Telecom

Anatel adia, mais uma vez, decisão sobre o TAC da Oi

Mais uma vez não houve uma decisão da Anatel com relação ao primeiro TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – a ser assinado com a Oi.

Em reunião realizada nesta quinta-feira, 21/01, o conselho diretor da agência reguladora adiou o debate sobre o tema por mais 30 dias. O pedido de vistas foi feito pelo conselheiro Aníbal Diniz, que tem a relatoria do assunto TAC e que promete entregar o seu parecer na próxima reunião do Conselho Diretor. O voto desta quarta-feira, 21, do conselheiro Otávio Rodrigues, era pela manutenção da decisão do conselheiro Rodrigo Zerbone, apresentada no ano passado.

Na proposta de Zerbone, a Anatel – em troca do não pagamento das multas pela Oi orçadas em mais de R\$ 2 bilhões – sugeriu a implantação de redes de fibra ou de rádio de alta velocidade em 273 municípios selecionados na área de concessão da empresa (a maioria no Nordeste e Centro-Oeste). Vale lembrar que esse primeiro TAC (a própria Oi tem outro, além das demais teles) versa sobre descumprimento de

obrigações de qualidade e de metas de universalização.

Em grande medida são problemas de reparos, quedas de serviço ou mesmo o não funcionamento de orelhões (esses representam 47% dos problemas avaliados pelo processo específico de universalização). A Procuradoria Federal Especializada da Anatel se revelou contrária à mudança sugerida por Zerbone. O conselheiro Otávio Rodrigues deu o seu parecer argumentando que, sim, a medida é viável. Mas a decisão final virá após a apresentação do parecer do conselheiro Aníbal Diniz.

A decisão final da Anatel terá de ser acatada pela Oi- que ainda não se manifestou oficialmente – e também pelo Tribunal de Contas da União, que se manifestará previamente sobre os termos, antes da assinatura definitiva do TAC, que será o primeiro de uma série, já que há processos semelhante com outras operadoras e também com a própria Oi.

21/01/2016 - Instituto Telecom

Telefonia fixa volta a apresentar queda na base em novembro

Ainda no calor da discussão sobre a revisão nos modelos de telecomunicações, objeto de consulta pública encerrada na semana passada, a Anatel divulgou nesta quinta, 21, o balanço da telefonia fixa (STFC) no Brasil referente ao mês de novembro de 2015. Ambos os serviços de autorizadas e de concessionárias mostraram queda mensal, resultando em uma diminuição de 0,48% na base total de STFC no País, fechando o período com 43,834 milhões de acessos. Comparando com dados de dezembro, trata-se de um recuo de 2,60%, ou 1,167 milhão de desconexões.

Apesar de ter demonstrado crescimento entre agosto e setembro, a base das concessionárias voltou a apresentar queda entre setembro e outubro (178,5 mil desconexões) e entre outubro e novembro (158

mil desligamentos). Assim, a base agora é de 25,612 milhões, ou 58,43% do total, mostrando contínua perda de participação em relação às autorizadas – no ano já foi uma queda de 2 pontos percentuais (p.p.). Comparando com o registrado em dezembro, as concessionárias perderam 1,582 milhão de acessos, recuo de 5,82%.

Quem mais contribuiu para os desligamentos foi a Oi, com 1,230 milhão de desconexões no ano (7,56% de encolhimento) e 105,3 mil no mês (0,69%). Mas ela continua sendo a maior base, com 15,049 milhões de linhas. Em seguir vem a Telefônica, com 9,670 milhões e que encolheu 0,53% e 3,59% no comparativo mensal e com dezembro, respectivamente.



Resumo de Notícias

Autorizadas

Os acessos das autorizadas, que vinham mostrando crescimento mensal até outubro, passaram também a ter queda em novembro: 0,29%, ou 53,4 mil acessos a menos. Ainda assim, no acumulado do ano, registram crescimento líquido de 2,33%, ou 414,5 mil linhas novas.

A queda no 11º mês do ano passado aconteceu devido à retração na base da América Móvil (Claro, Embratel e Net), com 0,52% de recuo, ou 60,6 mil desconexões no mês. Devido ao desempenho melhor em outros meses, a queda no ano é até um pouco menor: 0,50%, ou 58,1 mil desconexões. Ainda assim, ela é, de longe, a líder de mercado, com 11,574 milhões de linhas. É mais que o dobro da segunda colocada, a Telefônica (já contando com acessos da GVT), que ficou com 5,403 milhões de acessos como autorizada. A operação do grupo espanhol mostrou

avanço mensal de 0,13%, ou 7,1 mil adições, e no ano acumula um crescimento de 4,56% (235,7 mil adições).

Orelhões

Os acessos públicos, incluindo telefones populares (AICE) e orelhões (também com adaptados para portadores de necessidades especiais), totalizaram 1,066 milhão de linhas em novembro. Trata-se de um recuo mensal de 0,06%, mas avanço no ano de 1,11%. Os acessos de AICE aumentaram 0,54% e 10,99% no mês e no ano, fechando o período com 176,8 mil acessos. Os TUPs (excluindo os adaptados) encerraram novembro com 863,5 mil linhas, queda de 0,16% e 0,63%.

Vale lembrar que todos os demais serviços de telecomunicações (banda larga, TV por assinatura e telefonia móvel) também mostraram queda em novembro, ainda segundo dados da Anatel.

21/01/2016 - Instituto Telecom

Para conectar mais 1,5 bilhão de pessoas são precisos US\$ 450 bilhões, calcula UIT

A União Internacional de Telecomunicações (UIT), braço da ONU dedicado ao setor de telecom, divulgou um estudo nesta quinta-feira, 21, em que analisa a situação da conectividade da população mundial. No documento, a entidade conclui que é preciso pressa para conectar 1,5 bilhão de pessoas atualmente alijadas das redes digitais. Pelos cálculos, seriam necessários investimentos da ordem de US\$ 450 bilhões em infraestrutura de redes para se conseguir o feito.

Conforme o material, é preciso conectar 267 milhões de pessoas na África, 86 milhões no Oriente Médio, 932 milhões na Ásia, 41 milhões na Comunidade dos Estados Independentes (norte da Ásia), 50 milhões na Europa, e 121 milhões nas Américas.

A UIT aponta, ainda, que a qualidade da legislação de um país para o setor de telecomunicações está diretamente ligada à sua capacidade de reduzir a desigualdade digital. Segundo a entidade, países com planos de expansão da banda larga conseguiram, em média, uma penetração da banda larga fixa 2,5% maior que aqueles sem iniciativas reguladoras semelhantes. Estes planos também resultaram em 7,4% mais banda larga móvel do que outros países.

As conclusões do documento contrariam propostas apresentadas por empresas em consulta pública recente sobre o marco regulatório das comunicações, organizada pelo Ministério das Comunicações. Na ocasião, associações de

empresas e operadoras pediram menos regulação, redução de metas e mais subsídios para conectar os rincões do país.

Pacto global

O estudo divulgado hoje foi a base para a proposta de um pacto global pela conectividade. Durante o Fórum Econômico Mundial, que acontece nesta semana na cidade suíça de Davos, a UIT anunciou a criação de um "diálogo" internacional para acelerar a conexão desse 1,5 bilhão de pessoas.

Pelos números da UIT, 3,2 bilhões de pessoas hoje acessam a internet, enquanto o restante, 4,2 bilhões, não o fazem. No conjunto das 48 nações mais pobres, menos de 10% da população acessa a rede mundial. A proposta do diálogo é assegurar que ao menos 60% da população mundial esteja conectada até 2020. A meta já havia sido definida em 2014, com a assinatura de 193 países a uma agenda de conectividade para o resto da década.

O diálogo anunciado hoje no Fórum Mundial será tocado pela comissão de banda larga da UIT. Do encontro na Suíça saiu um documento assinado por UIT, Fórum Mundial, GSMA, WSIS, Estados Unidos, ONE.org, Aliança pela Internet Acessível, e Unesco, entre outros. Estes grupos prometem se encontrar em eventos ao longo deste ano para definir estratégias de ação.

21/01/2016 - Carta Maior

Globalização e desigualdades

Uma sociedade democrática deve efetivamente se preocupar com o destino dos indivíduos mais fragilizados.

A mais recente divulgação internacional de números que demonstram uma escandalosa escala de concentração de renda e riqueza nas mãos de poucas pessoas merece maiores considerações entre nós. Desde a grande repercussão global da publicação



do trabalho de Thomas Piketty, em 2013, o debate sobre as desigualdades socioeconômicas disfuncionais entrou em outro patamar. Paul Krugman, por sua vez, sugeriu bem antes que "qualquer ideologia cuja principal prescrição consista em reduzir os tributos incidentes para os ricos provavelmente desfrutará de sobrevida prolongada" (em "Globalização e globobagens". Campus, 1999). Vejamos então alguns poucos aspectos gerais dessa discussão.

A fórmula que busca resumir as instigantes reflexões de Piketty é a seguinte: $r > g$ (r é o retorno médio do capital; g é o crescimento da economia). Quando essa diferença é grande por muito tempo, as desigualdades podem ser consideradas como disfuncionais do ponto de vista social. Como os mais ricos têm uma maior propensão a poupar, já se mostrou algo muito comum "a retirada" de recursos financeiros da economia produtiva para o exercício da preferência pela liquidez por uma parcela minoritária da sociedade. Um excesso de poupança ("savings glut") da parte de poucos indivíduos, quando a concentração da renda é bastante elevada, pode jogar a economia em uma recessão prolongada. Até pesquisadores do Fundo Monetário Internacional, Jonathan D. Ostry e Andrew Berg (em "iMFDirect", 26/02/2014), por exemplo, apontaram para o fato de que desigualdades excessivas podem minar o crescimento em um país.

Uma matéria sobre a grave crise na Eurolândia publicada no "Valor Econômico" (22/12/2015), assinada por

James Politi, merece consideração. Conforme consta no texto, "o premiê da Itália, Matteo Renzi, advertiu que as políticas de austeridade da zona do euro impulsionadas pela Alemanha estão alimentando o populismo. Segundo ele, isso levará à paralisia política e a reveses

eleitorais em toda a União Europeia (UE) para os governos atualmente no poder". Renzi afirmou ainda que "a Europa tem de atender a todos os 28 países, e não a apenas um". Para o italiano, é possível derrotar a perspectiva do populismo com crescimento e empregos, ou seja, apostando em uma nova Europa social.

Antes de se pensar em traçar o rápido paralelo com as disputas políticas no Brasil, é importante avaliar a lógica da ascensão global da direita conservadora nos últimos 35 anos. Em "Vendendo prosperidade" (Campus, 1997), Krugman propõe algumas reflexões sobre o ciclo conservador. Segundo Krugman, "os supply-siders ficam furiosos com o que consideram como a afirmação simplista de que a Reaganomania significou cortes de impostos para os ricos, aumentos de impostos para a classe média e castigo para os pobres". Ainda de acordo com Krugman, o "The Wall Street Journal" passou grande parte da década de 1980 em campanha pelo retorno do padrão ouro. O projeto hegemônico do euro criticado atualmente pelo primeiro-ministro italiano reproduz a rigidez do padrão ouro, chamado de "reliquia bárbara" por Keynes (1883-1946). Para ele, em 1923, o padrão ouro sacrificava o pleno emprego e a estabilidade de preços em prol da estabilidade da taxa de câmbio.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Globalizacao-e-desigualdades/7/35360>



Resumo de Notícias

21/01/2016 - Vermelho

Doação para o PT é propina e para a oposição é “pedido de recursos”

Dando continuidade aos vazamentos seletivos publicados a conta-gotas, a Folha de S. Paulo publicou nesta quinta-feira (21), sem grande alarde, mensagens entre o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro, investigado na Lava Jato, e lideranças da oposição golpista.

Diferentemente do que costuma publicar quando se trata de lideranças do PT, em que afirma se tratar de pedido de propina, a Folha, na linguagem popular, “botou um pano quente” para a oposição e disse que não se tratava de propina, apenas uma pressão por “recursos” ou “doações eleitorais”.

A manipulação grotesca foi para livrar a cara de lideranças como Agripino Maia (RN), senador e presidente do DEM, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA), que trocaram mensagem de celular com o empreiteiro Léo Pinheiro, obtidas pela Polícia Federal.

O senador Agripino Maia – que é investigado pelo Supremo Tribunal Federal por conta do pagamento de propina também da OAS na construção da Arena das Dunas, estádio construído em Natal para a Copa de 2014 – teria enviado, dia 31 de julho de 2012, mensagem em que questionava o empreiteiro: “Com quem o Romero, tesoureiro do partido, deve se contactar para transmitir os dados do DEM nacional? Grato por tudo”.

Em 7 de janeiro, a informação divulgada pelo G1, da Globo, mostrava um diálogo de Edinho Silva, atual ministro da Secretaria de Comunicação e na época tesoureiro de campanha do PT, em que ele faz as mesmas perguntas a Léo Pinheiro para acertar doações. Apesar disso, a matéria de Edinho ganhou destaque de capa do site do Globo. Já a informação sobre as mensagens de Agripino e outros da oposição não chegou a ser nem notícia.

A mensagem de Agripino, segundo a Folha, deu resultado positivo, pois um funcionário da OAS também envia uma comunicação a Léo Pinheiro, que afirma: “Dr. Leo. Já falei com o Romero e combinamos dia 10/8 - 250 e 10/9 - 250”.

O tucano Jutahy Júnior também foi “pedir” uma contribuição a Léo Pinheiro para a campanha de 2014. “Caso seja possível gostaria da sua ajuda para Varjã

[funcionário da OAS] completasse o combinado. Desde já agradeço a grande ajuda que vcs deram para minha campanha. Do amigo Jutahy”, enviou o deputado cobrando o combinado.

O tucano Jutahy chamou o empreiteiro de “amigo”, assim como Agripino agradeceu por “tudo” e nem a imprensa e a oposição consideraram que tais palavras representavam a relação política promíscua. No entanto, quando foram divulgadas as mensagens de Edinho Silva a manchete do G1 era: “Ministro chama ex-presidente da OAS de ‘grande parceiro’ em mensagem”.

Como tudo que foi combinado foi cumprido pela OAS, o deputado tucano enviou mensagem no dia 3 de novembro daquele ano para agradecer: “Entreguei hoje minha prestação de contas da minha campanha sem débitos. Mais uma vez obrigado pela grande ajuda de vcs. Abrç amigo do Jutahy”.

“A doação de 250 vai entrar?”, escreveu o deputado do DEM, Rodrigo Maia, em 17 de setembro de 2014. Segundo a publicação, além da “doação” as mensagens tratavam sobre encontros e conversas sobre medidas provisórias no Congresso.

Em julho daquele ano, Léo Pinheiro encaminhou mensagem para um destinatário desconhecido dando conta de informações que teriam sido dadas pelo parlamentar. “Saiu MP nova. Trata de programa de desenvolvimento da aviação regional. Prazo de emenda até 8/8.” Léo Pinheiro completa com um comentário: “Vamos preparar emendas”.

O executivo da empreiteira também enviou para o dono da UTC uma mensagem que ele teria recebido do deputado, em julho de 2014. “De: Rodrigo Maia. Você poderia pedir ao Ricardo Pessoa pra me receber? Ele está em São Paulo.” Pessoa respondeu que telefonaria para ele no dia seguinte.

Em 2014, o diretório nacional do partido declarou à Justiça Eleitoral ter recebido R\$ 2,3 milhões em doações da OAS, em seis depósitos realizados no mês de agosto daquele ano. Em 2012, houve dois depósitos no valor total de R\$ 500 mil declarados pelo partido à Justiça Eleitoral.



Resumo de Notícias

21/01/2016 - Rede Brasil Atual

Governo conta com retomada do crescimento para aumentar empregos

Em coletiva de imprensa, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, afirmou que o governo conta com a retomada do crédito, a elevação das exportações, a recuperação do mercado interno e os investimentos em concessões para criar empregos este ano. A declaração foi dada após a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que indicam fechamento de 1,5 milhão de vagas de trabalho com carteira assinada em 2015.

“2015 foi um ano difícil. Os números não são bons”, disse Rosseto. “Mas as conquistas dos últimos anos estão preservadas, pois o estoque de empregos continua alto”, completou.

O ministro reconheceu que há um cenário internacional restritivo. Mas elencou fatores que podem ajudar a mudar a trajetória declinante da atividade econômica, e, assim, impulsionar o mercado de trabalho. Na ocasião, citou a expansão do crédito, aumento dos investimentos via concessões, câmbio, recuperação da indústria nacional e do mercado interno com a queda da inflação.

“As iniciativas de 2015 foram tomadas, a começar pelo ajuste do câmbio, que começa a ter efeitos positivos”, afirmou.

“Expectativa de redução da inflação, investimentos a partir das concessões, todas essas iniciativas e retomada de crédito, que vem sendo pautada e tra-

balhada pelo ministro Nelson (Barbosa, da Fazenda) e pela equipe econômica, todos esses movimentos vão no sentido de alterar esse quadro e retomar a nossa atividade econômica. É isso que nos dá confiança”, acrescentou.

Segundo Rosseto, o governo trabalha para direcionamento de crédito especialmente para o capital de giro de pequenas e médias empresas, para desafogá-las. Ele também citou uma demanda forte em áreas como a construção civil e chamou a atenção para o aumento das exportações, diretamente beneficiadas pela alta do dólar em relação ao real.

“Ampliar os investimentos em áreas como construção civil tem resposta imediata e é isso que estamos fazendo. Portanto, achamos sim que há um espaço forte de expansão do crédito com expansão da demanda e geração de trabalho e emprego”, afirmou.

Rosseto também comentou a decisão do Banco Central de manter a taxa básica de juros em 14,25%. Segundo o ministro, o crescimento econômico é o objetivo essencial do governo.

“O Banco Central trabalha na sua autonomia, mas é uma sinalização de estabilidade dentro de um esforço nacional de recuperação da atividade econômica. O crescimento econômico é a meta fundamental e, portanto, esta posição de estabilidade sinaliza uma possibilidade positiva de respondermos à prioridade de crescimento econômico neste ano no país.”



Resumo de Notícias

20/01/2016 - Carta Capital

Governo corre contra o tempo para ajudar acionistas da Oi

O futuro das telecomunicações no Brasil não pode ser traçado de forma a atender as demandas privadas de um grupo de sócios da empresa Oi.

A corrida do governo federal para mudar a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) parece ter uma única justificativa: ajudar os acionistas da Oi a se salvarem de uma depreciação vertiginosa do valor da empresa e de sanções por parte de seus credores.

A história da empresa poderia ser contada nas páginas policiais, a começar pelo consórcio que participou do processo de privatização e constituiu a Telemar, chamado pelo então ministro Mendonça de Barros de "rataiada". Desde seu surgimento, a Telemar teve como principais acionistas a Previ, o BNDES e o Petros, mas todos concordaram em não participar da gestão da empresa, cedendo o controle para dois sócios privados: a Andrade Gutierrez e o Grupo La Fonte (de propriedade de Carlos Jereissati, irmão do senador tucano Tasso Jereissati).

A compra da Brasil Telecom pela Telemar foi outro caso de polícia, envolvendo uma suspeitíssima alteração do Plano Geral de Outorgas (PGO), mediante decreto presidencial e negócios escusos com Daniel Dantas. Houve ainda a troca das obrigações com os postos de serviço telefônicos pela instalação de backhalls de acesso à internet que na prática tornou ainda mais difícil definir quais serão os bens reversíveis à União quando do fim do contrato de concessão.

Mas a Oi se envolveu também em escândalos do outro lado do Atlântico, a exemplo da malfadada fusão com a Portugal Telecom, que terminou na venda desta última e na abertura de vários processos na justiça portuguesa.

A situação atual

Com um conjunto de negociatas e uma boa dose de má gestão, a Oi é hoje uma empresa praticamente

inviável. Dona de uma infraestrutura envelhecida, com cabos de cobre cobrindo boa parte do seu acesso ao usuário final, a Oi carrega nas costas as obrigações de universalização previstas na Lei Geral de Telecomunicações (LGT) em todo o País, exceto justamente o mercado mais lucrativo (São Paulo).

Montada numa dívida impagável, a empresa foi se desfazendo de bens estratégicos, como seus cabos submarinos (vendidos ao BTG-Pactual), suas antenas de telefonia celular, o provedor de acesso iG e a empresa de telemarketing Contax, além de ter arrendado (já que por lei não pode vendê-las) as antenas que servem à telefonia fixa.

Para serem vendidas, restaram apenas as participações que eram da Portugal Telecom em operadoras de telecomunicações na Namíbia, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Angola, quase todas envolvidas em disputas judiciais com seus sócios locais.

Depois de apostar na fusão da Oi com a Portugal Telecom, os investidores parecem cansados de acreditar na direção da empresa e a punem com uma vigorosa perda de valor. No final de 2015, a Oi valia na Bovespa 1,91 bilhão de reais, enquanto a Telefônica (Vivo + GVT) valia 59,44 bilhões de reais.

Para tentar saldar suas dívidas, a Oi vem diminuindo drasticamente seus investimentos em bens de capital (Capex). Em 2015, o Capex foi 26% inferior ao de 2014, que já não era alto. Mesmo assim, suas dívidas ultrapassam os 30 bilhões de reais.

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/governo-corre-contra-o-tempo-para-ajudar-acionistas-da-oi>